

21º Exame de Ordem - 1ª fase - 2003

Direito Civil

1. No que se refere a contrato firmado entre duas partes é CORRETO afirmar:

- (a) A vontade manifesta de uma das partes não subsiste se esta faz reserva mental de não mais querer aquilo que manifestou;
- (b) A reserva mental é indiferente à validade do negócio jurídico, exceto quando o destinatário da manifestação de vontade efetuada com reserva mental tiver conhecimento da mesma;
- (c) A reserva mental de uma das partes importa em erro concernente ao objeto da declaração de vontade;
- (d) O negócio realizado com reserva mental de uma das partes é anulável por não importar em um querer definitivo.

2. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere ao silêncio nos contratos:

- (a) O silêncio no sentido jurídico pode ser conceituado como aquela situação quando uma pessoa não manifestou sua vontade em relação a um negócio jurídico, nem por uma ação especial necessária a este efeito (vontade expressa) nem por uma ação da qual se possa deduzir sua vontade (vontade tácita);
- (b) Se alguém me apresenta um contrato e manifesta que tomará meu silêncio como aquiescência, eu não me obrigo, porque ninguém tem o direito, quando eu não consinto, de forçar-me a uma contradição positiva;
- (c) O silêncio só produz efeitos jurídicos quando, devido às circunstâncias ou condições de fato que o cercam, a falta de resposta à interpelação, ato ou fatos alheios, ou seja, a abstenção, a atitude omissiva e voluntária de quem silencia induz a outra parte, como a qualquer pessoa normal induziria, à crença legítima de haver o silente revelado, desse modo, uma vontade seguramente identificada;
- (d) O silêncio importará em anuência do contrato todas as vezes em que se estiver diante de contratos de adesão, houver prazo obrigatório assinalado para manifestação da parte, sob pena de não o fazendo considerar a contraparte que houve aquiescência e a parte tiver tido ampla oportunidade de tome conhecimento de todos os termos e cláusulas do contrato.

3. No que se refere ao estado de perigo, assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) O perigo deve ser de natureza grave. Avalia-se a gravidade do perigo em função das circunstâncias do caso concreto e das condições físicas e psíquicas da vítima;
- (b) O perigo pode dizer respeito tanto à vida como à saúde, integridade física ou mesmo a honra do declarante ou membro de sua família;
- (c) O estado de perigo futuro também é passível de levar, desde logo, à anulação do negócio jurídico pela vítima;
- (d) Obrigação excessivamente onerosa no que concerne à configuração do estado de perigo é aquela que decorre de condições iníquas, com grande sacrifício econômico para uma das partes.

4. No que se refere à lesão é CORRETO afirmar:

- (a) Lesão é a exagerada desproporção de valor entre as prestações de um contrato bilateral, concomitante à sua formação, resultado do aproveitamento, por parte do contratante beneficiado, de uma situação de inferioridade em que então se encontrava o prejudicado;
- (b) O negócio em que se auferem ganhos com a inexperiência ou a premente necessidade de contratar da contraparte, é necessariamente um negócio válido;
- (c) O momento em que a desproporção lesionária deve ser apreciada é o da extinção do contrato;
- (d) A premente necessidade configuradora da lesão tem um significado psíquico, refere-se à necessidade psicológica de contratar, como na compulsão ao consumo.

5. A prevenção, em relação a duas ou mais causas conexas que tem curso na mesma comarca, se estabelece pela:

- (a) Distribuição da ação em primeiro lugar;

- (b) Pela sentença;
 - (c) Pela audiência de conciliação;
 - (d) Pelo despacho positivo.
6. No procedimento sumário, não é admissível:
- (a) O recurso do terceiro prejudicado;
 - (b) A ação declaratória incidental;
 - (c) A assistência;
 - (d) A intervenção de terceiros fundada em contrato de seguro.
7. Quanto à ação de depósito, é correto dizer que:
- (a) Tem por objetivo compelir o réu a receber prestação a ele devida;
 - (b) Possibilita ao autor, sem prejuízo das outras medidas cabíveis, a busca e apreensão da coisa depositada;
 - (c) Permite a prisão, de caráter penal, do depositário infiel, após a propositura da ação;
 - (d) Não permite ao réu, alternativamente, consignar o equivalente em dinheiro da coisa depositada.
8. Não é defesa possível ao locador na ação renovatória:
- (a) Proposta de terceiro para a locação em condições melhores;
 - (b) Não preenchimento dos requisitos legais para a renovação;
 - (c) A intenção de se instalar no imóvel com comércio no mesmo ramo que o inquilino;
 - (d) A necessidade de realização de obras urgentes, de radical transformação no imóvel, determinadas pelo poder público.

Direito Penal

9. O *abolitio criminis*, também chamada *novatio legis*, significa que:
- (a) A lei antiga possui ultra-atividade, desde que mais severa;
 - (b) A lei nova não retroage, ainda que mais benéfica;
 - (c) Constitui fato jurídico extintivo da punibilidade;
 - (d) Não extingue a punibilidade.
10. No crime de extorsão que envolve, como sujeitos ativos, um filho e um estranho da vítima, a legislação penal considera:
- (a) O filho isento de pena e o estranho só punível se houver representação da vítima;
 - (b) Ambos os agentes isentos de pena;
 - (c) O filho isento de pena e o estranho punível;
 - (d) Ambos os agentes puníveis.
11. Dos benefícios abaixo, qual o ato do Poder Legislativo que extingue o crime e, por conseguinte, a pretensão punitiva:
- (a) Detração;
 - (b) Indulto;
 - (c) Anistia;
 - (d) Graça.

12. Não é reincidente quem pratica:

- (a) Um crime e, depois, uma contravenção;
- (b) Um crime e, depois, outro crime;
- (c) Uma contravenção e, depois, um crime;
- (d) Uma contravenção e, depois, outra contravenção.

13. A pronúncia é:

- (a) A decisão judicial que afirma a provável existência de um crime doloso contra a vida e de sua respectiva autoria;
- (b) A manifestação do representante do Ministério Público somente no processo penal;
- (c) A manifestação do representante do Ministério Público somente no inquérito policial;
- (d) A manifestação do representante do Ministério Público no inquérito policial e no processo penal.

14. Em qual recurso o recorrente poderá apresentar suas razões na superior instância?

- (a) Revisão criminal;
- (b) *Habeas Corpus*
- (c) Apelação;
- (d) Embargos de declaração.

15. Pode-se afirmar que uma decisão judicial que rejeita a denúncia por ilegitimidade da parte:

- (a) Faz coisa julgada material;
- (b) Faz coisa julgada formal;
- (c) Faz coisa soberanamente julgada;
- (d) Não faz coisa julgada.

16. É correto afirmar que em relação à Revisão Criminal:

- (a) Não é admissível em favor do condenado;
- (b) É vedada a revisão *pro societate*
- (c) É admissível em relação ao condenado e à acusação;
- (d) A Revisão Criminal foi excluída do ordenamento processual penal.

Direito Trabalhista

17. A _____ são alguns dos requisitos que permitem a equiparação salarial entre empregados. (complete a lacuna com a alternativa CORRETA).

- (a) Identidade funcional, ainda que entre trabalhadores sujeitos a regimes jurídicos diversos, com a mesma produtividade e perfeição técnica;
- (b) Inexistência de quadro de carreira na empresa, a contemporaneidade entre equiparando e modelo, sendo irrelevante a origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma;
- (c) Contratação ou transferência de um empregado para ocupar cargo vago deixado por outro demitido por qualquer motivo, inexistindo quadro de carreira na empresa;
- (d) Inexistência de quadro de carreira na empresa, a contemporaneidade entre equiparando e modelo, sendo irrelevante a circunstância de o desnível salarial tenha a origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma.

18. É INCORRETO afirmar que:

- (a) A contagem do prazo para pagamento das verbas rescisórias se dá excluindo o dia do início, incluindo o dia final do referido prazo contínuo;
- (b) A multa estipulada em cláusula penal, ainda que diária, não poderá ser superior ao principal corrigido, conforme entendimento jurisprudencial predominante;
- (c) O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deve ser efetuado até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento;
- (d) A inobservância do prazo para pagamento das verbas rescisórias, em qualquer hipótese, resulta exclusivamente no pagamento de multa administrativa em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora.

19. Na sentença proferida no processo trabalhista:

- (a) Não é obrigatória a indicação das custas que devem ser pagas pela parte vencida, atendendo ao princípio da concentração e da economia processual;
- (b) De natureza cognitiva ou homologatória faculta-se a indicação da natureza jurídica própria das parcelas constantes da condenação ou do acordo judicialmente homologado;
- (c) É intimado o INSS, por via postal, que é informado das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, sendo-lhe facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas;
- (d) Deverá constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas e os fundamentos da decisão, sendo facultado ao juiz determinar o prazo e as condições para o seu cumprimento.

20. No procedimento Sumaríssimo adotado no processo trabalhista, verifica-se que:

- (a) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, devem comparecer à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação;
- (b) Somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito;
- (c) Na ata de audiência são registrados detalhadamente todos os atos essenciais ao processo, as afirmações fundamentais das partes e as informações úteis à solução da causa trazidas pela prova testemunhal, sendo incabível a realização da prova pericial;
- (d) A vedação a realização da prova pericial, exceto quando essa ocorrer na fase de execução e, mesmo assim, em alguns restritos casos em que de exame contábil.

21. As convenções coletivas de trabalho:

- (a) Cuidam exclusivamente de reajustes e aumentos salariais;
- (b) Nunca podem criar para os trabalhadores condições mais favoráveis que a legislação trabalhista;
- (c) Costumam criar para os empregados condições mais favoráveis que a lei;
- (d) Na prática atualmente não existem no ordenamento jurídico brasileiro.

22. A deliberação de uma greve é decidida:

- (a) Pela Assembléia Geral especialmente convocada pelo sindicato representante dos trabalhadores para avaliação e decisão quanto a conveniência da greve, observadas, dentre outras, aquelas formalidades prescritas no Estatuto do sindicato;
- (b) Pela diretoria da entidade sindical observadas as formalidades prescritas na CLT;

- (c) Pela Assembléia Geral especialmente convocada pelo sindicato representante dos trabalhadores para avaliação e decisão quanto a conveniência da greve, observadas as formalidades prescritas na CLT, após consulta formal à central sindical ao qual está vinculado o sindicato;
- (d) Na reunião de negociação coletiva com a entidade sindical representante dos empregadores ou com a empresa diretamente após a ocorrência de um impasse entre as partes.

Direito Comercial

23. Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) A atividade empresária é desenvolvida livremente no Brasil, onde inexistente qualquer repressão legal ao abuso do poder econômico;
- (b) A defesa da concorrência e a defesa do consumidor eram ambas regidas pela parte I do Código Comercial, hoje revogado pela Lei Federal nº. 10.406, o novo Código Civil;
- (c) Incumbe à Comissão de Valores Mobiliários, dentre outras atribuições, a de fiscalizar as companhias abertas;
- (d) O estabelecimento do empresário é um conjunto de bens corpóreos ligados ao exercício da empresa.

24. Assinale a alternativa CORRETA sobre a sociedade limitada empresária:

- (a) Nela, a responsabilidade dos sócios é reciprocamente solidária e ilimitada;
- (b) Seu contrato social pode prever a regência supletiva das sociedades por ações;
- (c) O sócio administrador está dispensado de apartar capital nos aumentos que se sucederem à sua designação como administrador;
- (d) O administrador eleito tem um prazo de 60 (sessenta) dias para investir-se no cargo.

25. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a sociedade limitada empresária:

- (a) O exercício do cargo de um seu administrador somente pode cessar pelo término do prazo de gestão, pela renúncia ou pela destituição do mesmo;
- (b) O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes;
- (c) Ao término do exercício social, é necessário proceder-se à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico;
- (d) Nela, é legalmente permitida a criação de Conselho Fiscal.

26. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o processo falimentar em curso:

- (a) A verificação e a classificação dos créditos podem ser feitas à revelia do Juízo;
- (b) São passíveis de decretação de falência as sociedades em liquidação;
- (c) Ao requerer a falência de uma empresa, o credor está pedindo a declaração judicial de sua quebra;
- (d) A sentença sobre o pedido de falência pode ser de negação, ou de decretação.

Direito Tributário

27. São não-cumulativos:

- (a) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e o imposto sobre grandes fortunas;
- (b) O imposto sobre a propriedade territorial rural e o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
- (c) O imposto sobre produtos industrializados e o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- (d) O imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos e o imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como

cessão de direito a sua aquisição.

28. São modalidades de extinção do crédito tributário:

- (a) A remissão e a conversão do depósito em renda;
- (b) A anistia e o pagamento;
- (c) A imunidade e a não-incidência;
- (d) A isenção e a moratória.

29. O título executivo para cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e respectivas Autarquias é:

- (a) A Nota de Lançamento do Crédito Tributário;
- (b) A Nota de Débito;
- (c) O Auto de Infração;
- (d) A Certidão de Dívida Ativa.

30. O Imposto Predial e sobre a Propriedade Territorial Urbana está sujeito a lançamento:

- (a) Por homologação;
- (b) Por declaração;
- (c) Direto;
- (d) Não está sujeito a lançamento.

Direito Internacional

31. Sobre o instituto da Nacionalidade no Brasil leia as proposições abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

II - Serão brasileiros de origem os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

III - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

IV - Serão brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

- (a) Todas são verdadeiras;
- (b) Todas são falsas;
- (c) I e II são verdadeiras e III e IV são falsas;
- (d) I e III são falsas e II e IV são verdadeiras.

32. Sobre os tratados internacionais marque a opção INCORRETA:

- (a) Todos os tratados devem ser homologados pelo STF;
- (b) Os tratados só produzem efeitos no Brasil após serem ratificados;
- (c) A denúncia é o meio pelo qual um Estado se retira de um tratado internacional;
- (d) Em regra os tratados são firmados pelos agentes plenipotenciários.

33. A ONU foi criada em 1945 com a finalidade de manter a paz e harmonia entre as nações para evitar os flagelos da guerra. Dentre os diversos órgãos que compõem a ONU merece destaque o Conselho de Segurança. Assim sendo marque a alternativa CORRETA:

- (a) O Conselho de Segurança é composto de 8 estados;
- (b) O Conselho de Segurança da ONU é composto de 15 países que são eleitos anualmente pela Assembléia Geral;
- (c) São países permanentes no Conselho de Segurança os Estados Unidos, a França, a Rússia, a China e a Grã-Bretanha;
- (d) Todos os países que compõem o Conselho de Segurança têm poder de veto.

34. Um casamento celebrado na Áustria terá validade no Brasil quando:

- (a) For homologado no STF;
- (b) Obtiver o *exequatur* do Congresso Nacional
- (c) For ratificado pelo Presidente da República;
- (d) Não ofender a Soberania Nacional, os bons costumes e a ordem pública.

Direito Constitucional

35. Em tema de controle normativo de constitucionalidade, é LICITO afirmar que:

- (a) Em razão do princípio da reserva de plenário, os Tribunais só poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público pelo voto de dois terços de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- (b) Pela via de exceção, incumbe ao Congresso Nacional suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
- (c) Lei ou ato normativo do Distrito Federal, positivado no exercício de competência estadual, pode ser objeto de controle, através de ação direta de inconstitucionalidade, em face da Constituição Federal;
- (d) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil possui legitimação ativa para propor ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em face da Constituição Federal.

36. Indique, com pertinência à Federação brasileira, a alternativa INCORRETA, dentre as que se seguem:

- (a) Os Estados Federados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal;
- (b) É facultado aos Municípios a criação de Tribunais de Contas locais para auxiliar os Poderes Legislativos correspondentes no controle externo das Municipalidades;
- (c) Os Municípios situados no âmbito territorial dos Estados Federados não se expõem à possibilidade de sofrerem intervenção decretada diretamente pela União Federal;
- (d) A União Federal poderá autorizar os Estados Federados, através de lei complementar, a legislar sobre questões específicas acerca das matérias relacionadas, constitucionalmente, dentre as suas competências privativas.

37. No que concerne aos Poderes da República, aponte a alternativa VERDADEIRA:

- (a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- (b) O Presidente da República será julgado, nas infrações penais comuns, perante o Supremo Tribunal Federal, independente de a acusação haver sido admitida pela Câmara dos Deputados;
- (c) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos últimos dois anos do período presidencial, assumirá a Presidência da República, em caráter definitivo, pelo tempo que restar de mandato, o Presidente do Senado Federal;

(d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os *habeas corpus* decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.

38. Anuncie, com relação ao processo legislativo, força, inclusive, na jurisprudência dos tribunais, a opção EXATA:

(a) As regras do processo legislativo federal, especialmente as que dizem respeito à iniciativa reservada, são normas de observância obrigatória pelos Estados Federados;

(b) Admite-se emenda parlamentar a projeto de iniciativa exclusiva do Presidente da República, dispondo sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos, ainda que a referida emenda importe no aumento da despesa prevista;

(c) O Presidente da República poderá reeditar, na mesma sessão legislativa, medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo;

(d) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, terão início no Senado Federal.

39. Aponte, dentre as alternativas abaixo, atinentes aos direitos e garantias fundamentais, a que foi formulada com INCORREÇÃO:

(a) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

(b) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

(c) Não haverá pena de morte em qualquer hipótese;

(d) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, assim como dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

40. Com referência aos remédios constitucionais, nomeie a alternativa CORRETA, considerados, inclusive o magistério da doutrina e a jurisprudência dos tribunais:

(a) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe;

(b) O *habeas corpus*, posto que admita dilação probatória em seu processamento, é instrumento idôneo de sorte a permitir, em sede de processo penal, o exame aprofundado de matéria fática e a análise valorativa e minuciosa de elementos de prova;

(c) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar a obtenção de certidões em repartições públicas, visando a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse do impetrante;

(d) Admite-se a utilização, pelos organismos sindicais e pelas entidades de classe, do mandado de injunção coletivo, com a finalidade de viabilizar, em favor dos membros ou associados dessas instituições, o exercício de direitos assegurados pela Constituição.

Direito Administrativo

41. Os atos de improbidade administrativa NÃO importarão:

(a) Perda dos direitos políticos;

(b) Perda da função pública;

(c) Indisponibilidade dos bens;

(d) Ressarcimento ao Erário.

42. Sobre o regime de remuneração por subsídio instituído pela Emenda à Constituição da República nº 19/98, assinale a afirmativa FALSA:

- (a) O subsídio é irredutível;
- (b) O subsídio somente pode ser alterado ou fixado por lei específica;
- (c) O subsídio não pode exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;
- (d) Tal regime não se aplica a policiais civis.

43. A cassação de aposentadoria:

- (a) Não é possível, se o respectivo Tribunal de Contas já a tiver registrado;
- (b) É constitucionalmente proibida por ser espécie do gênero cassação de direitos políticos;
- (c) É espécie de penalidade disciplinar aplicável a inativos que, em atividade, tenham praticados atos puníveis com demissão;
- (d) Era antiga espécie de penalidade disciplinar, banida pela Constituição da República, por desrespeitar direitos adquiridos.

44. Nos termos da lei Federal no. 8.666/93, Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, marque a opção que enumera, respectivamente, uma modalidade de licitação, um tipo de licitação e um regime de execução:

- (a) Técnica e preço; convite; empreitada por preço unitário;
- (b) Concorrência; menor preço; empreitada integral;
- (c) Tarefa; leilão; menor preço;
- (d) Empreitada por preço global; tomada de preços; melhor técnica.

Deontologia Jurídica

45. O advogado JOSÉ DA SILVA, com inscrição principal (e única) na OAB/RJ, foi procurado por um cliente para patrocinar uma causa cível na Comarca de Juiz de Fora-MG. Pergunta-se: O que José da Silva pode fazer?

- (a) Ele só pode patrocinar aquela causa se fizer uma inscrição suplementar na OAB/MG;
- (b) Ele pode patrocinar aquela causa sem nada fazer na OAB/MG;
- (c) Ele pode patrocinar aquela causa sem fazer inscrição suplementar na OAB/MG, mas é obrigado a comunicar aquele patrocínio à OAB/MG;
- (d) Ele só pode patrocinar aquela causa se transferir sua inscrição para a OAB/MG.

46. De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, agiu corretamente o Advogado que:

- (a) Ao concluir o seu trabalho profissional, só devolveu os documentos que lhe foram entregues pelo cliente para instruir o processo, após receber os honorários contratados;
- (b) Somente substabeleceu, sem reserva, os poderes que lhe foram outorgados pelo cliente que o substituiu por outro advogado, num processo em andamento, após receber os honorários contratados;
- (c) Recusou-se a depor como testemunha sobre fato sigiloso envolvendo pessoa que foi seu cliente, mesmo depois de autorizado pelo mesmo cliente;
- (d) Ajustou livremente com o cliente os honorários a receber, em dinheiro ou em bens particulares do cliente.

47. O Dr. PEDRO RIBEIRO, advogado inscrito na OAB/RJ e exercendo regularmente a advocacia, foi nomeado e empossado no cargo de Gerente Geral da Agência Centro-Rio do Banco Bradesco SA. Pergunta-se: Como fica a situação do Dr. Pedro Ribeiro junto à OAB/RJ e quanto ao exercício da advocacia?

- (a) Ele terá sua inscrição na OAB/RJ cancelada, perdendo a condição de advogado e, conseqüentemente, não poderá mais advogar;
- (b) Ele ficará licenciado da advocacia e, portanto, totalmente proibido de exercer a advocacia durante o tempo em que for Gerente Geral do BRADESCO;

(c) Ele continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo a advocacia, ficando apenas impedido de advogar contra o Bradesco e demais instituições financeiras;

(d) Não haverá qualquer alteração para ele, que continuará inscrito na OAB/RJ e exercendo a advocacia sem qualquer restrição.

48. Atualmente, uma pessoa que não é advogado, pode defender seus interesses em juízo sem constituir um advogado?

(a) Pode fazê-lo apenas na impetração do *habeas corpus*, no Juizado Especial Cível (até vinte salários mínimos), na Justiça do Trabalho (1ª Instância), na ação popular e no Juizado de Paz;

(b) Pode fazê-lo apenas na impetração do *habeas corpus*, no Juizado Especial Cível (até vinte salários mínimos), na Justiça do Trabalho (1ª Instância), no Juizado de Paz, na ação popular e no mandado de segurança;

(c) Pode fazê-lo apenas na impetração do *habeas corpus*, no Juizado Especial Cível (até vinte salários mínimos), na Justiça do Trabalho (1ª Instância) e no Juizado de Paz;

(d) Não pode fazê-lo em hipótese nenhuma.

49. Qual dos procedimentos abaixo não constitui uma infração disciplinar típica do advogado:

(a) Pedir dinheiro ao cliente para dar ao escrevente do processo, para que este consiga com o juiz uma sentença favorável;

(b) Mandar publicar na imprensa, freqüentemente, os seus arrazoados forenses;

(c) Recusar-se a prestar contas do mandato ao cliente, porque este se recusa a pagar-lhe os honorários contratados;

(d) Estabelecer entendimento com o advogado adversário em processo que patrocinam, sem o conhecimento prévio dos respectivos clientes.

50. O advogado MARCELO RIBEIRO, inscrito na OAB/RJ, após ser nomeado e empossado no cargo de Secretário de Ação Social do Estado do Rio de Janeiro, continuou funcionando como advogado num processo de Divórcio em que vinha trabalhando desde o seu início.

Pergunta-se: Como ficam os atos praticados por Marcelo Ribeiro naquele processo, após sua posse como Secretário de Ação Social?

(a) Serão considerados nulos;

(b) Serão considerados anuláveis;

(c) Serão considerados válidos, porque a OAB/RJ não promoveu o licenciamento de Marcelo Ribeiro;

(d) Serão considerados válidos, porque não se trata de uma causa contra a Fazenda Pública que remunera Marcelo Ribeiro.